



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR UFRJ - Macaé
Instituto de Alimentação e Nutrição

Disciplina: Metodologia Científica
Código: MCN213
Carga horária teórica: 15h
Carga horária prática: -
Créditos: 1
Professores Atuantes: Thiago da Silveira Alvares

I – EMENTA: 1. Introdução à pesquisa. 2. Classificação da pesquisa. 3. Estrutura do projeto de pesquisa. Objetivo: (1) Definir os fundamentos da ciência e da pesquisa científica. (2) Conhecer, dominar e aplicar corretamente métodos, ferramentas e técnicas na elaboração de trabalhos científicos e acadêmicos. (3) Demonstrar a importância da pesquisa científica na formação de profissionais críticos, criativos, investigativos, éticos e empreendedores, capacitados a atuar em ambientes de pesquisa, no desenvolvimento, análise, implementação, gerenciamento e gestão de projetos de pesquisa. **Objetivos específicos:** Identificar a metodologia de pesquisa; conhecer as áreas de Pesquisa do Curso; compreender o exercício da escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento; utilizar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos; compreender os princípios de Metodologia Científica e utilizar o Manual de trabalhos acadêmicos.

II – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA: 1. Introdução à pesquisa: Ciência e conhecimento; definições básicas do significado de método, metodologia e pesquisa. **2. Classificação da pesquisa:** Classificação da pesquisa quanto à natureza (pesquisa básica e aplicada); quanto aos objetivos (pesquisa exploratória, descritiva e explicativa); quanto à abordagem do problema (pesquisa qualitativa e quantitativa); quanto aos procedimentos técnicos (pesquisa bibliográfica, experimental, ensaios clínicos, estudo de coorte, estudo caso-controle, pesquisa ex-post-facto, levantamento, estudo de caso). **3. Etapas da pesquisa:** Escolha do tema; levantamento de informações; justificativa; formulação do problema; hipóteses; objetivos; metodologia; coleta de dados; tabulação de dados; análise e discussão dos resultados; conclusão da análise dos resultados; redação e apresentação do trabalho científico.



III – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL AC. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 6ª Ed. Atlas, 2017.

SILVA EL & MENEZES EM. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. Ed. UFSC, 2005.



Documento assinado digitalmente
MONICA DE SOUZA LIMA SANT ANNA
Data: 06/05/2022 13:13:29-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Coordenação de Curso
SIAPE 1060342



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR UFRJ - Macaé
Instituto de Alimentação e Nutrição

Disciplina: Saúde da Comunidade I

Código: MCN114

Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 60h

Carga horária extensionista: 60h

Créditos: 5

Professoras atuantes: Amábela Avelar Cordeiro, Camilla Medeiros Macedo da Rocha, Flávia Farias Lima, Jane de Carlos Santana Capelli, Luana Silva Monteiro, Naiara Sperandio, Rute Ramos da Silva Costa.

I – EMENTA

Abordagem teórico-prática do Sistema Único de Saúde (SUS) , a Atenção Primária à Saúde (APS) como sua porta de entrada e ordenadora do cuidado, as Redes de Atenção à Saúde (RAS) como seu modelo de funcionamento técnico e político. O controle social como forma de participação da comunidade na gestão do sistema.

II – DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Durante a disciplina os estudantes serão apresentados aos modelos de atenção à saúde, ao modelo universalista redistributivo como modelo vigente no SUS, embora sua consolidação desde 1988 esteja sendo permeada pela concomitância de um sistema suplementar privado que vem se tornando concorrente e também pela permanência de modelos corporativistas, como o que ainda atende às forças armadas brasileiras. Nesse sentido, é estimulado a refletir sobre o modelo híbrido de fato implantado como reflexo das diferentes correntes ideológicas, técnicas e políticas que se unificaram no movimento da reforma sanitária. Conhece seus níveis de atenção, seu funcionamento em redes, tomando a RAS de Macaé como exemplo e campo prático. No projeto de extensão da disciplina, aprofunda os conhecimentos sobre o funcionamento de conselhos de saúde (sobretudo conselhos locais e



municipais), bem como seu papel no controle social do SUS.

III – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEI 8080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>.

DECRETO 7508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm>.

LEI 8142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm>.

PORTARIA 154 DE 24 DE JANEIRO DE 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Disponível em:

<http://dab.saude.gov.br/docs/legislacao/portaria154_24_01_08.pdf>.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa da Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs). Diário Oficial da União. 2006 Mar 28. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0648_28_03_2006_comp.html>.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p: il. – (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em:

<<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. [internet]. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete--do--ministro/16247-portaria-n-2-436-de-21-de-setembro-de-2017>>.

Morosini MVGC, Fonseca AF. Revisão da Política Nacional de Atenção Básica numa hora dessas? Cad. Saúde Pública [internet]. 2017, 33(1):e00206316. Disponível em:



<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000100301&lng=pt&nrm=iso>.

Morosini MVGC, Fonseca AF, Lima LD. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 42, N. 116, P. 11-24, JAN-MAR 2018. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7PPB5Bj8W46G3s95GFctzJx/?format=pdf&lang=pt>>.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº2.979 GM/MS, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Diário Oficial da União 2019; 13 nov.

Silva SRA, Carvalho MR. Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Saúde, 2019. 356-396p.

Soares DA, Andrade SM e Campos JJB. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. In: Bases da Saúde Coletiva. [Selma Maffei de Andrade et al. (Org.)]. 2ª ed. Rev. e Amp. Londrina: Eduel, 2017.

Campos CEA. Antecedentes do SUS: histórico da saúde pública e da Atenção Básica. In: Alimentação e Nutrição: contexto Político, Determinantes e Informação. [Denise Cavalcante de Barros (Org.)]. Ed. Fiocruz, 2013.

Borret RH, Silva MF, Jatobá LR, Vieira RC, Oliveira DOPS. “A sua consulta tem cor?” - Incorporando o debate racial na Medicina de Família e Comunidade - um relato de experiência. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2020;15(42):2255. Disponível em: <[https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2255](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2255)>.

Ferreira AL e Pereira MFW. O mapa falante como Instrumento do Processo Ensino-Aprendizado do Aluno de Medicina: Relato de Experiência. Revista de Pediatria SOPERJ. 14(1):29-32, 2013.

Conselho Nacional de Saúde. 16a Conferência Nacional de Saúde: Democracia e Saúde. Documento Orientador de apoio aos debates. Brasília, D.F., 4 a 7 de agosto de 2019.

Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/16cns/assets/files/Documento_Orientador_Aprovado.pdf>.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselhos de saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS. Ministério da Saúde: Conselho Nacional de Saúde. 2a ed. Brasília: 2013. Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conselhos_saude_responsabilidade_controle_2edicao.pdf>.

Conselho Nacional de Saúde. 16a Conferência Nacional de Saúde: Democracia e Saúde. Relatório Nacional Consolidado. Brasília, D.F., 4 a 7 de agosto de 2019. 90p. Disponível



em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/16_conferencia_nacional_saude_relatorio_nacional_consolidado.pdf>.

IV – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Farias, Flávia de Castro. O gasto social em municípios da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro nas décadas de 1990 e 2000. Flávia de Castro Farias. Rio de Janeiro: s.n., 2010. 110 f., tab., graf. Orientador: Costa, Nilson do Rosário Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24260/1/ve_Fl%c3%a1via_de_Castro_ENSP_2010>.

Draibe SM. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: Políticas Públicas no Brasil (Org: Hochman G) Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

Theodoro M, Delgado G; IPEA. Política social: universalização ou focalização – Subsídios para o debate. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. 2003; (7)122-6.

Arretche M. Quem ganha e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. Revista de Sociologia e Política. 2005; jun (24).

Baptista TWF. Seguridade Social no Brasil. RSP; 1998 jul-set 49(3):101-20.

Silva SF. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciênc. Saúde Colet. 2011; 16(6):2753-2762.

Barros R. Palestra proferida no seminário “Novos Modelos para a Saúde”. Realização O Globo. 2017 Ago 15; Museu de Arte do Rio, Rio de Janeiro.

Empresa Brasileira de Comunicação. Plano de saúde mais barato aliviará gasto com o SUS, diz Barros. Por Flávia Albuquerque 2016 Ago 8. [internet]. [acesso em 2017 out 27]. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/plano-de-saude-mais-barato-aliviara-gasto-com--financiamento-do-sus-diz-barros>>.

Documento assinado digitalmente
gov.br MONICA DE SOUZA LIMA SANT ANNA
Data: 06/05/2022 11:08:07-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Coordenação de Curso
SIAPE 1060342